

A situação militar na Ucrânia

Jacques Baud

1 No caminho da guerra

As raízes do conflito ucraniano estão no que foram identificados como “separatistas” do Donbas. Os referendos na região não foram de independência, mas de “autonomia” ou “autodeterminação”. O termo muito utilizado “pró-russo” seria melhor traduzido como “falantes de russo” - a abolição do russo como idioma oficial, após a derrubada do presidente Yanukovich, causou uma tempestade na população de língua russa.

A repressão contra as populações de língua russa em Odessa, Dniproptrovsk, Kharkov, Lugansk e Donetsk reduziram a resistência a Donetsk e Lugansk. Durante a rebelião, os rebeldes utilizaram uma doutrina menos rígida com maior aplicação de meios leves, o que lhes permitiu explorar a inércia das forças ucranianas.

A inteligência da OTAN¹ não detectou nenhuma entrega de armamento russo aos rebeldes - que estavam armados por unidades militares ucranianas de língua russa. As falhas ucranianas aumentaram a força dos rebeldes e levou aos Acordos de Minsk.

Logo após, o presidente Poroshenko lançou uma grande ofensiva antiterrorista, na qual os erros se repetiram, mal assessorados pelos oficiais da OTAN. A derrota de Debaltsevo levou aos Acordos de Minsk 2.

Estes acordos não previam qualquer independência, mas autonomia interna. Os ocidentais

- a França na frente - buscava substituí-los por modelos estilo “Normandia”, que colocasse russos e ucranianos frente a frente. Observadores da OSCE e da OTAN nunca identificaram qualquer tropa russa no Donbas antes da invasão de 2022, com exceção de 56 russos - comparáveis aos suíços que lutavam na Bósnia nos anos 1990 ou aos franceses que vão lutar hoje na Ucrânia.

O exército ucraniano estava minado e não contava mais com o apoio da população. As chamadas de reservistas eram ignoradas, e suicídios e deserções atingiam até 30% da força de trabalho. Os jovens preferiam emigrar do que lutar no Donbas. Buscou-se auxílio da OTAN para restaurar a imagem do exército, mas este era um processo lento.

Se compensou a falta de soldados com milícias paramilitares, frequentemente ativistas de extrema direita - que a partir de 2020 eram 40% das forças armadas ucranianas. Não se trata de uma reescrita da história - estas milícias são antissemitas culturais, não políticas, culpando os judeus do NKVD pelo Holodomor. A mais famosa destas unidades é o batalhão Azov.

A qualificação de nazista ou neonazista pode ser propaganda russa, mas esta não é a opinião do *The Times of Israel* e do *Counterterrorism Center* de West Point. O Ocidente continua a armar estas milícias, culpadas de crimes contra populações civis desde 2014. Defensores de direitos humanos as condenam há muito tempo, mas o Ocidente não seguiu tais condenações - porque não estamos tentando ajudar a Ucrânia, e sim

¹N.E.: Na qual o autor estava diretamente envolvido.

combater a Rússia. Estas milícias fazem parte da Guuarda Nacional, que não faz parte do Exército e está subordinada ao Ministério do Interior, não ao Ministério da Defesa.

2 A guerra

Os autoproclamados especialistas não são mais capazes de entender a guerra, repetindo a irracionalidade russa e de Putin. É necessário dar um passo atrás.

Em março de 2021 Volodymyr Zelensky promulgou um decreto para a reconquista da Crimeia e começou a enviar forças para o sul do país. Vários exercícios da OTAN foram realizados entre o Mar Negro e o Mar Báltico, aumentaram-se os voos de reconhecimento na fronteira russa e a Rússia testou sua prontidão operacional com exercícios na região. A Ucrânia refutou a hipótese de que estes exercícios eram preparação para uma invasão, ainda que os americanos brandissem a ameaça de uma invasão russa.

A Ucrânia violou os acordos de Minsk e realizou ao menos um ataque contra um depósito de combustível em Donetsk. Ninguém condenou as violações. Após a reunião dos conselheiros políticos dos líderes do “formato Normandia”, os Acordos continuaram sendo violados, aparentemente sob pressão americana, e Putin percebe que as promessas de Macron eram vazias. Em 15 de fevereiro o parlamento russo pediu a Putin que reconhecesse a independência das repúblicas leste ucranianas, o que foi recusado.

Em 17 de fevereiro Joe Biden afirma que os russos atacarão a Ucrânia nos próximos dias. Desde o dia 16, os bombardeios a Donbas aumentaram dramaticamente, como mostraram os relatórios dos observadores da OSCE. Nenhum governo ocidental reagiu ou interviu.

Em 18 de janeiro, falantes ocidentais de polônês

foram pegos tentando criar incidentes químicos em Gorlivka, buscando sabotar as Repúblicas do Donbas. O aumento maciço de fogo contra a população de Donbas, passando de menos de 200 explosões diárias para 1200 ataques diários a partir do dia 18, levou Putin a reconhecer a independência das Repúblicas e vislumbrar uma intervenção no âmbito do artigo 51 da Carta das Nações Unidas.

Putin sabe que a intervenção desencadeará sanções, mas que, se for mais longe e pressionar o *status* da Ucrânia, o preço pago será o mesmo. Isso ele explica em seu discurso em 21 de fevereiro. Naquele dia ele atendeu o pedido da Duma e reconheceu a independência das Repúblicas do Donbas.

Em 23 de fevereiro as repúblicas solicitaram ajuda militar à Rússia no âmbito do Art. 51 da Carta das Nações Unidas, que prevê a assistência militar mútua no âmbito de uma aliança defensiva. O Ocidente obscureceu o fato de que a guerra começou já em 16 de fevereiro, conforme o exército ucraniano se preparava e atacava o Donbas.

A partir daí nosso conhecimento é limitado, diante da excelente segurança de operações (OPSEC) russa². Mas percebem-se os seguintes objetivos estratégicos:

1. Destruição terrestre da aviação ucraniana, sistemas de defesa aérea e meios de reconhecimento.
2. Neutralização das estruturas de comando e inteligência (C3I), bem como as principais rotas logísticas.
3. Cerco do grosso do exército ucraniano con-

²N.E.: Neste ponto cabe um questionamento - afinal de contas, a OPSEC russa cometeu diversas gafes ao longo da invasão, com planejamentos feitos por rádio aberto e comboios sofrendo constantes ataques oriundos de identificação e localização por civis e má segurança de operações.

centrado no sudeste do país.

4. Destruição ou neutralização de batalhões voluntários que operam nas cidades de Odessa, Kharkhov e Mariupol, bem como no restante do território.

2.1 Desmilitarização

A ofensiva russa se iniciou como na israelense de 1967 - com a destruição em solo das forças aéreas nas primeiras horas. O Ocidente promove a ideia de dominação russa, mas a ideia de Putin sempre foi manter Zelensky no poder e negociar após o cerco de Kiev. Os russos querem, agora, obter a neutralidade da Ucrânia - para os ocidentais, a política cessa quando a guerra começa, mas para os russos a política procede e a guerra é um meio de negociação.

As tropas russas avançaram com grande velocidade e conseguiram cercar o exército ucraniano, que estava em massa no sul, preparado para uma operação contra o Donbas. A desaceleração vista como resultado de má logística seria apenas o resultado do cumprimento de objetivos traçados. A Rússia parece limitar seu avanço à fronteira linguística. As Repúblicas do Donbas parecem ter libertado seus territórios e estão lutando em Mariupol.

2.2 Desnazificação

Para um atacante em área urbanizada, os civis são um problema - é por isso que os russos buscam criar corredores humanitários. Por outro lado, as milícias buscam manter os civis nas cidades para utilizá-los como escudos humanos - com a censura cuidadosa de vídeos mostrando o batalhão Azov espancando civis tentando deixar Mariupol.

Até 24 de fevereiro, o batalhão Azov era equipado ao Estado Islâmico. Nesta data, o posicionamento mudou e se tornou possível glorificá-

lo, e em março a plataforma autorizou apelos ao assassinato de soldados e líderes russos.

A violência contra civis prolifera especialmente quando há ampla distribuição de armas e poucas estruturas de controle - exatamente o causado pela imagem romântica de resistência popular, com a entrega de armas à população civil pela União Europeia.

Sem estruturas de controle, a violência deixa de se tornar meio para atingir objetivos estratégicos, e se torna banditismo, acerto de contas e transforma os civis armados em alvos. Foi o que aconteceu na Líbia em 2011, onde 30.000 negros africanos foram massacrados por armas ilegalmente entregues pela França. O Real Instituto Britânico de Estudos Estratégicos não vê nenhum valor agregado nessa entrega de armas. Os ataques russos de 13 de março contra a base aérea de Mykolayiv seguem avisos russos de que o transporte de armas seria tratado como alvo hostil.

A UE repete a experiência desastrosa da Batalha de Berlim - a não admissão da derrota e substituição de soldados profissionais por civis armados. Teria sido melhor entrar em negociações do que utilizar os civis ucranianos como bucha de canhão para combater a Rússia.

2.3 Maternidade em Mariupol

Não é o exército ucraniano que defende Mariupol, mas milícias como o batalhão Azov - que em 7 de março de 2022 expulsaram o pessoal do Hospital de Nascimento e instalaram um posto de tiro no estabelecimento. O hospital ocupa uma posição adequada para a instalação de armas antitanque. Horas depois, forças russas atingiram o prédio - segundo a CNN há 17 feridos, mas as imagens não mostram vítimas e não há evidências de relação com o ataque. O que não impede que a UE fale em crime de

guerra, e permite que Zelensky peça uma área de exclusão aérea.

Não é possível saber o que aconteceu, mas é provável que o batalhão Azov, ao ocupar a posição, tivesse removido os civis - o problema é que as milícias são incentivadas a não respeitar os costumes da guerra. Os políticos ocidentais também aceitaram ataques contra Donbas por oito anos, sem aceitar nenhuma sanção contra o governo ucraniano, sacrificando o direito internacional para enfraquecer a Rússia.

3 Conclusões

O melhor serviço de inteligência do mundo é inútil se o tomador de decisão não o ouvir, o que ocorreu nesta crise. Enquanto alguns serviços tinham uma imagem nítida da situação, outros replicavam a imagem midiática. Os serviços da “nova europa” eram muito ruins no plano analítico, sendo melhor tê-los como inimigos do que como amigos.

Em outros países, serviços foram deliberadamente ignorados para responder ideologicamente à situação. Nos EUA, Blinken ignorou serviços de inteligência, assim como Rumsfeld em 2002, que ignorou a CIA sobre a ausência de armas químicas iraquianas. Os desenvolvimentos que vemos têm causas conhecidas, mas que nos recusamos a ver:

1. A expansão da OTAN;
2. A recusa ocidental de implementar os acordos de Minsk;
3. Os ataques contínuos e repetidos às populações de Donbas por anos e seu aumento dramático em fevereiro de 2002.

O Ocidente criou as condições do conflito. A solidariedade pelas populações do oeste ucraniano, se tivesse sido mostrada às populações de Donbas, poderia ter prevenido o conflito. A

condenação de Putin após o fato é inútil - era necessário ter reagido antes. Nem Scholz, nem Zelensky respeitaram seus compromissos. A verdadeira derrota veio àqueles que não tem voz.

Os ministros ocidentais que pedem o assassinato de Putin não são melhores que nossos inimigos. Reconhecemos que a Rússia é uma democracia, porque punimos o povo russo pela guerra - prática proibida pelas Convenções de Genebra.

A lição aprendida é que nosso senso de paz e humanidade varia. A integridade da mídia se mede pela Carta de Munique, e ao propagar a sinofobia durante a crise do COVID e a russofobia atualmente, o jornalismo deixa de ser profissional. Quanto maiores as sanções, mais claros os exemplos de momentos nos quais não fizemos nada durante os ataques a Donbas e desrespeito aos Acordos de Minsk.

Não tentamos “fazer sofrer” o povo americano que nos mentiu muitas vezes, nem adotamos uma única sanção contra os alimentadores do conflito no Iêmen. Não sancionamos os países da UE que praticam tortura abjeta. E não agimos a tempo, porque a nossos líderes não interessa a Ucrânia - interessa única e particularmente prejudicar a Rússia.

Guia de Estudos de Estratégia

Domício Proença Júnior, Eugenio Diniz, Salvador G. Raza

1 Mitologia militar

Há três pontos que devem ser considerados por estudiosos de história militar. O primeiro é o poder mítico de versões reconstruídas de fatos históricos, produzindo um efeito identitário ou motivacional nos leitores. Tipicamente estas narrativas mitológicas são o primeiro contato das novas gerações com o conhecimento histórico da guerra.

O risco é que as narrativas mitológicas se tornem a versão oficial dos fatos, despreparando para a realidade da guerra, abalando a autoestima dos combatentes e os tornando ressentidos com a própria humanidade. A literatura britânica do século XIX gerou toda uma geração absolutamente despreparada para enfrentar o choque de realidade dos horrores de 1914.

Em contraste, a literatura americana sobre o Vietnã tem o valor da honestidade do temor dos combatentes e as formas com as quais lidaram com sua própria fraqueza - a solidariedade com seus companheiros.

Um problema decorrente é a inércia e repetição acrítica dos mitos. Isto ocorre nas mãos de historiadores que não conhecem as especificidades de assuntos militares, induzindo uma falsa realidade que funda doutrinas e condutas militares futuras. Desde que Delbrück escreveu *História da arte da guerra* com o conhecimento de práticas militares de sua época, todo estudioso tem o dever de buscar vencer o peso do mito com o conhecimento das realidades militares.

Um exemplo é a história de Liddell Hart sobre Grant e Sherman na Guerra Civil, como se estivessem conduzindo, respectivamente, uma “estratégia direta”, que sacrificava tropas inutilmente, e uma “estratégia indireta”, que as salvava e vencia por meio da manobra. Na realidade, ambos executavam uma mesma estratégia, concebida por Grant, na qual a fixação das tropas de Grant buscava permitir a manobra de Sherman pela retaguarda. Uma perpetuação de mito por um historiador não estranho aos assuntos militares, mas que assim fez para não discordar de uma tradição interpretativa.

A reconstrução da Primeira Guerra Mundial como uma série de ofensivas inúteis que sacrificavam milhões de vidas para manter o prestígio e poder de altos comandos conservadores é outro exemplo. Por outro lado, Ludendorff nega o espaço à crítica, defendendo a mobilização completa de todos os recursos nacionais. Até uma religião que ensinasse obediência completa era considerada por Ludendorff, que via na imagem ocidental do *bushido* japonês um exemplo a ser seguido - no momento da guerra, o alto comando assumiria a gestão de todos os recursos nacionais. Explicava a derrota alemã pela fraqueza na mobilização moral de soldados, da sociedade e dos políticos.

Diante destes mitos, a percepção pragmática revela que a ferrovia impunha uma ditadura logística que fazia da França o único ponto onde as forças podiam ser utilizadas, limitando qualquer espaço para estratégias de “ação indireta”, junta-

mente com a limitação de recursos necessários ao front ocidental.

O impasse tático com a falha do plano Schlieffen¹ trouxe, aos alemães, um dilema. O inimigo mais forte no Oeste não podia ser facilmente derrotado. O inimigo mais fraco no Leste impunha a necessidade de retirar forças da frente ocidental, criando o risco de derrota em ambas as frentes.

Os Aliados também não podiam se empenhar numa “ação indireta” ampla. O deslocamento de forças em grande escala contra a Turquia abria a possibilidade da simples ocupação alemã da França, permitindo-lhe vencer no Oeste e concentrar forças contra a Rússia, ou mudar a frente principal para a Turquia - neutralizando seu caráter “indireto”, numa situação na qual enfrentariam um exército abastecido por ferrovias dependendo eles próprios de abastecimento exclusivamente marítimo, seguido por um gargalo logístico de cavalos e mulas. A solução “indireta” de Liddell Hart levaria a uma situação logística infinitamente mais desvantajosa do que a luta na França, além de dar às potências centrais a escolha de onde concentrar suas forças. As sucessivas ofensivas eram uma forma de não aceitar a posse alemã do território francês e não permitir a concentração contra a Rússia.

O fato é que se instaurara uma vantagem absoluta da defesa, diferente da suposição da época da predominância do ataque. Em primeiro lu-

gar, a combinação de artilharia, metralhadoras e trincheiras detinha as vantagens das armas combinadas e do telefone e telégrafo, contra uma infantaria que avançava sozinha contra as posições. A densidade de tropas impossibilitava o flanqueamento; restava o assalto frontal. Em segundo lugar, a defesa podia se utilizar de estradas e ferrovias para seu abastecimento, reforçando qualquer ponto sob ataque. Terceiro, sem meios de comunicação ou vínculos de reabastecimento, mesmo os ataques bem sucedidos tinham dificuldade em comunicar seu êxito, impedindo a exploração de suas vitórias locais.

A incipiente aviação reportava movimentos em larga escala, impedindo a concentração surpresa, e eventualmente passou a guiar o fogo contra concentrações de maior porte. Tudo isto dava tempo para que se armassem mais exércitos, afastando a vitória ainda mais. Os altos comandos não souberam resolver o impasse conceitual, e viviam um processo de aprendizado numa guerra para a qual estavam despreparados e que não se encaixava em suas realidades conceituais.

As formaturas compactas de parada da guerra napoleônica, no início da guerra, chegaram a ser mantidas, produzindo um imenso número de baixas diante do poder de fogo do inimigo. De fato muitos oficiais percebiam problemas e existiam dificuldades no acesso de críticas ao alto escalão, com proibição de alternativas (o ataque noturno, por exemplo, só foi empregado pelos britânicos em 1918, pois se acreditava que as tropas se esconderiam ao invés de atacar).

2 Utilidade da história militar

A história militar científica compõe o acervo de nosso saber sobre guerras do passado e baseia as preparações do presente. Traz dois aspectos importantes.

¹ O Plano Schlieffen era um plano alemão para subjugar a França com rapidez e redirecionar sua atenção aos russos, circundando a França pelo norte e violando a neutralidade da Holanda e Bélgica. O plano foi visto como genial por sua grande ambição e grandeza, obscurecendo o fato de que nunca foi factível. Somente um exército inteiramente motorizado - o que só seria atingido décadas depois - seria capaz de percorrer as distâncias necessárias, e as alterações de Moltke em sua implementação foram competentes e realistas. No entanto, as linhas gerais do plano foram mantidas, o que levou a seu colapso diante das impossibilidades logísticas.

O primeiro é o da história enquanto educação pessoal. A administração militar ocupa de tal forma a vida do oficial que o preparo e o estudo da guerra pode ser deixado de lado. Isto transforma a história militar numa forma de manter o foco pessoal sobre as preocupações militares e exercitar os raciocínios exigidos do tomador de decisões militares. Isto faz com que a educação para os Estudos Estratégicos tenha por base um conhecimento da História Militar que ultrapasse a tradição e as narrativas mitológicas.

O segundo é o fato de que as guerras têm mais em comum entre si do que qualquer outra atividade humana. Questiona-se o entendimento falsamente pragmático, que reifica o atual e nega o valor do passado; o elemento central da guerra, o combater, não se modificou ao longo da história. Isto liberta a reflexão geral de um encaixe temporal que beneficie o passado recente e o presente, convidando ao debate também as especulações sobre o futuro.

Estes aspectos iluminam a necessidade de rigor que está presente no estudo da história militar, e convidam a participar das considerações sobre as formas adequadas de atingi-lo.

3 As sombras do “Da Guerra” no século XIX

Clausewitz não pode ser lido e aplicado como um manual - coloca em pauta relacionamentos e fundamentos, não definições de termos ou regras imediatas. Não buscava restaurar, mas aprender. Sua obra, como ele mesmo dizia, necessitava de extensa revisão, e nesses termos foi extensamente revisto e reescrito. O que segue é, necessariamente, um entendimento sobre uma obra de difícil compreensão, na forma de um entendimento moderno de Clausewitz.

Da Guerra começa aceitando a novidade

político-sócio-bélica das revoluções Americana e Francesa. Criticava tendências excessivamente formalistas, como a geometria bélica de von Bülow e os diagramas militares de Lloyd, como extrapolações indevidas a partir de casos particulares. Reconhecia a guerra como não estanque, claramente inserida num mundo complexo, dinâmico, difuso e profundamente marcado por ligações e relações principalmente políticas.

Tem-se criticado como Clausewitz é lido de forma fragmentária e oportunista, muitas vezes ignorando suas bases e assertivas. Não pretendemos revisar seu trabalho, mas contrapô-lo ao de Jomini e informar sua vertente, que orienta o pensamento estratégico contemporâneo. Clausewitz não é um filósofo, é um teórico - talvez se possa vê-lo como filósofo, mas apenas para por sua obra lado a lado com outras prescritivas, se livrando do desafio de uma interpretação consistente. Se trata, no entanto, inegavelmente, de uma grande obra fundadora de um campo inteiro do conhecimento.

Começa definindo a guerra como *um ato de força para compelir nosso inimigo a fazer nossa vontade*. As consequências lógicas desse conceito são o que chama de “as três interações”, que levariam ao exercício extremo de violência:

1. Um lado que usasse a força sem constrangimentos ganharia vantagem sobre o outro, que seria forçado a imitá-lo;
2. O objetivo da guerra seria *desarmar o inimigo*, ou, em outras palavras, impedir que continue combatendo, o mais rápido possível;
3. A guerra demandaria *o máximo dispêndio* de todos os meios disponíveis e toda a força de sua vontade.

O máximo de violência atingido como corolário das três interações é o que Clausewitz chama de “absoluto”, no exercício imoderado e simultâneo do máximo de força disponível.

Se deparou, porém, com o fato de que as guerras nunca foram espasmos de violência absoluta - ao contrário, sempre terminavam antes de atingir o *absoluto*. Para ele, as guerras históricas:

1. Nunca eram um ato isolado de pura força;
2. Nunca consistiam num único espasmo de extrema violência;
3. Seu resultado nunca era final, pois terminavam antes do desarmamento de um dos lados.

A força de Clausewitz está em reconhecer esta discrepância e buscar explicá-la. Uma boa teoria é a análise de um fenômeno, não o mero desdobramento de um conceito. O método, portanto, é definir um conceito, extrair dele suas consequências lógicas, confrontá-las com a realidade, e incorporar as diferenças à formulação teórica. O vigor deste método diferencia sua obra das demais. Por meio dele, Clausewitz explica que a guerra nunca atinge seus extremos pelas seguintes razões.

1. A guerra é a *continuação da política por outros meios*, ou seja, *nossa vontade*, e não pode ser separada dos objetivos políticos. Por mais que um propósito político leve à guerra, este nunca é o único propósito político de um Estado.
2. A guerra é a província da *incerteza e do acaso*. A informação é imperfeita e incompleta, e a operação é extremamente sensível a um grande número de fatores incertos, que levam à prudência.
3. A guerra é dominada pela presença dos *fatores morais*. A *moral* tem efeito desproporcional nas possibilidades e no resultado - este fenômeno é específico da guerra, sem paralelo com outras atividades humanas.
4. A guerra é uma trindade paradoxal, composta por governo, forças armadas e povo. A violência primordial do povo, o espírito criativo do exército e a subordinação da

política no governo não podem ser separados; o reconhecimento do povo como parte do fenômeno foi uma inovação marcante. Não bastava derrotar o exército ou o governo - era necessário subjugar a vontade popular. Ao enquadrar o povo nas armas, Clausewitz já reconhece algo como uma guerrilha diferente de um distúrbio social.

5. O combate é atividade essencial da guerra, *mesmo quando ele não ocorre de fato*. Um combate que não ocorre é o **virtual** - o travado mentalmente por um comandante que vê um resultado desfavorável.
6. A defesa é a forma mais forte da guerra. Esta inovação é forte e contra-intuitiva, e se baseia no fato de que a força atacante é quem tem o ônus de *mudar a situação*. A essência da defesa é a espera, e do ataque é a rapidez; e nessa assimetria está a possibilidade de que dois lados possam ser fortes o suficiente para se defenderem, mas não para atacarem. Isto também explica por que a guerra cessa sem que um lado seja totalmente desarmado.
7. A onipresença do fenômeno da *fricção* - "tudo na guerra é muito simples, mas mesmo a coisa mais simples é difícil". A ação na guerra é um movimento num meio resistente, e as forças, por sua mera existência e movimentos, se deterioram, consomem e prejudicam. Como resultado, esforços normais não produzem os resultados esperados.
8. O ponto culminante do ataque. Em função da fricção, assimetria, presença do povo, forças morais, resultado de combates e caráter político, se extrai que o ataque tende a se exaurir. A fricção se multiplica, as vantagens da defesa aumentam, o atacante precisa desviar mais forças para proteger flancos e linhas de comunicação, se distancia de bases de abastecimento, o problema logístico piora; o atacante *perde momento* ao

entrar no território inimigo. A partir de certo ponto - o “ponto culminante do ataque” - o prosseguimento do atacante compromete tudo que foi conquistado até então. Nesses termos, o ponto culminante do ataque é uma limitação dos próprios objetivos da guerra.

9. As guerras podem ser limitadas ou ilimitadas. As ilimitadas buscam destruir as forças armadas do inimigo, ou a posse dessa e daquela parte do território, e quanto mais ilimitados mais a guerra se aproxima de sua forma absoluta. Objetivos limitados limitam a própria ascensão dos termos da violência.

4 Jomini

Não é razoável justapor ideias de bases conflitantes na esperança de conciliá-las ou sintetizá-las - o contraste é mais útil à comparação e reconhecimento de especificidades.

Clausewitz considerava o combate como a atividade essencial da guerra, de forma que tática e estratégia seriam termos ligados e interdependentes com o combate, enquanto Jomini os via como termos estanques, mera parte da guerra como um todo.

Tomam-se inicialmente as definições de Jomini. Para ele, estratégia é “fazer a guerra sobre o mapa”; tática, se dividindo entre tática *stricto sensu* e “grande tática”, é a arte de alocar tropas sobre o campo de acordo com o terreno e levá-las ao contato, em distinção a planejar sobre o mapa.

Em outro ponto, estratégia é apresentada como “a arte de trazer a maior parte das forças de um exército para o ponto importante no teatro de guerra”. A tática seria a arte de “usar estas massas em seus pontos”, ou seja, a arte de fazê-las atuar. Mas é difícil conciliar este entendimento com

outras passagens.

Por exemplo, admite operações de natureza mista, como a transposição de rios, retiradas, surpresas, comboios e quartéis de inverno, que seriam de execução tática e planejamento estratégico; e que “a estratégia decide onde atuar, a logística leva as tropas até este ponto, a grande tática decide a maneira de se empregar as tropas”; e “grande tática é a arte de se fazer boas combinações”, buscando trazer o grosso da força sobre uma parte do exército inimigo².

5 Impasses e influência de Douhet

Douhet postula a força do bombardeiro, da bomba e da artilharia na destruição efetiva de alvos. No entanto, seu trabalho se assenta sobre bases falsas, como se observa no absurdo de sua previsão de destruição de duas dúzias de cidades usando apenas 1.500 bombardeiros. Suas estimativas de danos não são coerentes nem úteis - num único ataque aliado a plantas de óleo sintético alemãs, os aliados despejaram 30 mil toneladas de bombas, que pela estimativa de Douhet seriam suficientes para destruir três Londres.

Outro erro foi subestimar a capacidade de defesa contra bombardeiros, ainda que entre 1915 e 1918 o uso de munição para se derrubar um bombardeiro tenha caído pela metade e a defesa aérea britânica já fosse capaz de forçar bombardeiros alemães a ataques exclusivamente noturnos³.

²N.E.: Este conceito parece se confundir com o que hoje é conhecido como *defeat in detail*, ou derrota por destacamento, opondo a maior parte de um exército a uma parte menor do oponente, assim obtendo superioridade numérica local, ainda que em desvantagem geral.

³N.E.: Esta é a doutrina do *the bomber will always get through* (o bombardeiro sempre passará), usada até a primeira metade da Segunda Guerra Mundial e descoberta como inegavelmente falha. Só pôde ser substituída pela

A força da defesa aérea e hipertextensão de linhas foi um fator determinante na derrota alemã na Batalha da Bretanha - ainda que na iminência da derrota e sofrendo baixas horribéis, a Inglaterra pôde prevalecer diante do alcance limitado de bombardeiros alemães e das operações do *Fighter Command*⁴. Nesse contexto, a inteligência alemã jamais estimou corretamente os danos inflingidos à RAF.

Douhet também superestimou a capacidade do bombardeiro de quebrar a vontade popular. Em sua concepção, se um só bombardeiro fosse capaz de soltar suas bombas, o efeito moral produzido já seria suficiente. Subestimava, curiosamente, o efeito moral da destruição de um grande número dos aviões.

Errou também ao prever a perenidade da guerra de trincheiras, falhando em identificar as possibilidades de mecanização e motorização. Não previu as possibilidades da aviação além do bombardeiro.

Conforme a Alemanha invadiu a Bélgica e Holanda, os aliados rapidamente descobriram que seu principal ataque viria pela região das Ardenas⁵. Em 15 de maio, porém, os exércitos de

formação escoltada quando se desenvolveram caças com grande autonomia de combustível (como as versões finais do P-51), no final da guerra.

⁴O desenvolvimento da defesa aérea inglesa nos anos 1930 foi liderado por Dowding, um dissidente na RAF, que via os alvos civis se tornando parte da guerra. Sir Thomas Inskip tomou a decisão de priorizar a construção de caças, numa corrida armamentista com a *Luftwaffe* que priorizava o número de aviões, não seu tipo. O medo de que a defesa fosse prejudicada pelos partidários do bombardeiro levou Dowding a propor a separação da RAF em comandos operacionais. A invenção do radar por Watson-Watt em 1935 criou os primeiros sistemas de alerta aéreo antecipado, e em 1936 o *Fighter Command* de Dowding se desenvolveu como um sistema de defesa aérea com uma cadeia completa de radares e apoio de agências como o Correio.

⁵N.E.: Note-se, portanto, que a Linha Maginot cumpriu seu papel perfeitamente - *fazer com que o ataque viesse*

von Kleist, Guderian e Rheinhardt abriram uma avenida entre o Segundo e o Nono exército franceses, uma brecha desguarnecida até o mar.

As forças enviadas para conter os alemães não chegaram a tempo, por lentidões na comunicação francesa, que dependia de telégrafos e telefones, e pelo apoio agressivo da *Luftwaffe*. O *Oberkommando* ordenou a parada, com medo do super-avanço e de um contra-ataque em seus flancos, mas Guderian conseguiu prosseguir e utilizar a oportunidade - a grandes riscos - para consolidar sua posição e dominar as regiões até o mar. A ordem superior para interromper o ataque permitiu a consolidação britânica em Dunkerque e sua evacuação.

Em 42 dias, as forças terrestres alemãs haviam dominado o norte da França, apoiadas pela *Luftwaffe*, num papel totalmente distinto do preconizado por Douhet, enquanto a Batalha da Inglaterra e o bombardeio aliado sobre a Alemanha mostraram as fragilidades do uso de bombardeiros.

A motorização e mecanização, por sua vez, permitiu a superação do gravíssimo problema da I Guerra Mundial de suprir a exploração da brecha. A dependência de ferrovias limitava as tropas, mas a motorização reduziu esta dependência. O componente-chave da guerra da *Panzerdivision* era este - não feita apenas com tanques, mas feita por divisões móveis com a flexibili-

por outro lugar, visto que é uma péssima ideia concentrar tropas caras e de longo treinamento contra as posições mais bem defendidas. A derrota francesa estava na grande tática, não na estratégia - a doutrina tática francesa da *batalha metódica*, dependente de artilharia, não foi capaz de enfrentar os exércitos alemães, que à época contavam com suas melhores tropas, já eram capazes de empregar a doutrina das armas combinadas (que haviam descoberto em exercícios blindados em 1932, com o desenho da *Panzerdivision*), e forçavam sua infantaria a enormes marchas movidas as metanfetaminas (*Pervitin*) para obter maior velocidade no avanço.

dade da malha de estradas⁶. Guderian percebeu também o valor do rádio, crucial para a comunicação também com a *Luftwaffe* - ponto central do sucesso alemão no início da guerra, que podia prover apoio aéreo quase imediatamente. Era uma guerra *aeroterrestre*.

Alguns dos defensores de Douhet afirmam que as armas termonucleares teriam dado por fim razão ao teórico. Esta percepção é falsa - a derrota japonesa contra os soviéticos na Manchúria, não os ataques nucleares, levaram à rendição do Japão. Além disso, a revisão das atas de reunião do governo japonês deixa claro que a bomba atômica não mudou a situação tática, já que todas as principais cidades japonesas vinham sendo sistematicamente incineradas desde março de 1945, com mais baixas do que nos ataques nucleares. A possibilidade de invasão e ocupação soviética, por sua vez, era um fato novo e temível.

Outra leitura recente tentou validar as ideias de Douhet - a Guerra do Golfo de 1991 e sua rápida vitória sobre o Iraque, como evidência de que as forças aéreas, que contavam com supremacia aérea, teriam podido destruir as forças terrestres iraquianas. Mas os fatos foram mais complexos - quando o considerável exército do Iraque ocupou Kuwait City, sem logística capaz de fazer mais do que isso, a possibilidade de ataques à Arábia Saudita atraíram os EUA.

⁶N.E.: Note-se, porém, que a motorização das unidades alemãs era incipiente, e as já mencionadas marchas forçadas eram necessárias para garantir maior velocidade das unidades menos equipadas. Ainda que a mídia histórica pareça indicar um grande nível de motorização, esta mídia é, em geral, propaganda - a maior parte das divisões alemãs dependeram de tração animal e locomoção a pé durante toda a guerra. Era possível concentrar os ativos motorizados em divisões "ponta de lança", como na conquista da França, mas com a perda destas divisões mais bem-treinadas e equipadas o esforço de guerra alemão foi permanentemente mutilado. No final das contas, a Guerra foi industrial, e a indústria alemã não podia competir com os Estados-região que se opuseram a seu avanço.

Ante a ameaça à Arábia Saudita e Estados do Golfo, onde está 60% do petróleo do mundo, uma série de medidas diplomáticas e militares foram tomadas em nome das garantias que a ONU assegura a seus membros. Isto gerou uma coalizão ampla com um mandato ampliado para reverter a ocupação iraquiana do Kuwait.

A ideia não era uma ação unilateral - o mandato Bush levava a cabo uma estratégia pós-Guerra Fria de construção de um regime unilateral controlado. Assim, conforme o Iraque perdia a oportunidade de uma *Blitzkrieg* pela Península, a opção da coalizão se tornava cada vez mais ofensiva.

O Iraque contava com poderosas camadas de defesa, uma excelente defesa aérea e uma rede de C3IC de última geração. Sem a massa numérica exigida pela doutrina soviética que seguia, a força aérea iraquiana não tinha um papel claro, como tinha tido na guerra com o Irã.

A coalizão se planejou por 6 meses, reunindo um imenso poderio sob um único comandante-em-chefe, o General Schwarzkopf. A administração Bush controlava a situação e estabeleceu o prazo de invasão para janeiro de 1991. No dia 17, um imenso ataque aéreo demoliu os nexos de defesa aérea, energia, sensoramento, C3IC, logística, aeroportos e centros de pesquisa e manufatura iraquianos. A caça aos Scuds foi um fator político relevante, porém ineficaz e de pouca relevância militar.

Então uma dezena de divisões mecanizadas francesas, britânicas e americanas avançou por terra, num ataque sem precedentes, executando manobras simultâneas e semi-autônomas. A linha de frente se rendeu; a Guarda Republicana lutou e foi destruída. Para evitar a imagem de um massacre, terminaram-se as operações prematuramente.

Ou seja - o sucesso contra o Iraque dependeu de

superioridade logística avassaladora de meios, munições e suprimentos, algo que os americanos consideravam impossível numa guerra real. Se observou também o resultado do uso integrado de forças armadas coligadas.

O exército iraquiano não foi destruído pelo ar. A linha de frente, de acordo com a doutrina, era de menor qualidade, rendendo-se rapidamente. O contra-ataque veio, ainda que descoordenado; e muitas forças iraquianas sobreviveram aos ataques aéreos intactas e em condições de operações ofensivas. A imagem que se tem é a da superioridade do pessoal sobre o equipamento, o que pode ser propaganda⁷. As batalhas terrestres nunca foram “notícia” no Brasil.

Desmontam-se assim as alegações de douhetianos sobre a Guerra do Golfo. A proteção da Arábia Saudita foi feita primariamente pela aviação naval; a Coalizão dependeu de um enorme esforço diplomático; o combustível utilizado foi transportado por via marítima; e a expectativa douhetiana da inutilidade das marinhas é inutilizada diante do inigualável valor da marinha americana no Golfo.

O mesmo se diz sobre a expectativa de obsolescência dos exércitos. A ofensiva terrestre foi indispensável; os resultados da campanha aérea *só tiveram significado com o contato entre as forças terrestres*. As reservas bem camufladas não foram incapacitadas; o ataque aéreo contra as tropas de elite da Guarda Republicana não teve sequer capacidade de reduzir a prontidão operacional da Guarda.

Por fim, a defesa aérea iraquiana pôde abater aeronaves da Coalizão mesmo após a aniquilação da rede de defesa aérea. Douhet, como Jomini,

⁷N.E.: Me parece quase impensável que a Coalizão pudesse ter obtido sucesso no ar sem uma concentração enorme de equipamentos de supressão de defesa aérea (SEAD) de alta tecnologia e confiabilidade. A tecnologia, na guerra aérea, importa e muito.

“preferia convencer a estar certo”. Não obstante, é extremamente influente no que tange o uso militar do ar; em diversos países o relacionamento entre a aviação civil e militar ainda é forte, a despeito do esvaziamento da ideia de conversão de aviação civil em militar.

A história demonstrou que a guerra aérea tem de fato uma importância desproporcional, porém muito longe do que Douhet afirmava. É inegável que a busca pela supremacia aérea é uma das mais importantes em qualquer guerra contemporânea - mas de forma muito diferente da imaginada por Douhet.

6 Conclusão

A história militar do Séc. XX pode trazer um esforço de reflexão sobre o reenquadramento de Douhet. A experiência na campanha da Normandia parece indicar que o melhor uso possível das forças aéreas é em apoio direto e indireto às forças terrestres.

A experiência do Pacífico traz outras conclusões possíveis - as leituras de Keeney e Spruance ecoam a centralidade do ar para operações marítimas, enquanto a campanha de bombardeio estratégico do Japão parece concluir que é possível a inviabilização da logística inimiga, sem buscar o vencimento da guerra pela força aérea atuando sozinha.

A tecnologia moderna de armas nucleares e munições guiadas não resolveu a tensão. A crescente importância da órbita baixa terrestre lança ainda outra pergunta - se as práticas concebidas para a aerodinâmica podem se aplicar à baixa órbita⁸. Além da resposta negativa, fica claro que a relação entre carga combustível e carga útil,

⁸N.E.: Estou convicto que não. Mecânica orbital é muito diferente de qualquer coisa que vivamos na terra e as práticas táticas aéreas não são úteis nem fazem sentido na órbita terrestre.

que é um fator central na limitação de forças aéreas, não se aplica à órbita, libertando operações espaciais da dinâmica de bases e alcances.

O século XX ainda não teve uma formulação clausewitziana sobre a guerra no ar. Há trabalhos táticos e estratégicos, mas busca-se ainda sistematizar o acervo de experiências. A centralidade dos esforços tem continuado - sobre a base cada vez menos sólida do bombardeio estratégico, as forças aéreas independentes têm resistido a tentativas de mudanças de entendimento. O espaço, no entendimento equivocado do que ele é, tem sido tratado como uma extensão natural das forças aéreas, sem que uma coisa tenha nada a ver com outra.

Todo o debate circundou a ideia de usar a guerra aérea para evitar o desgaste industrial da guerra em terra e mar. O que costumou gerar tensão é que a independência das forças aéreas sempre esteve atrelada ao uso do bombardeiro estratégico - tensão vista na divisão entre “forças aerotáticas” e “forças aeroestratégicas”. Esta repartição só se refere ao alcance das aeronaves envolvidas. No fim das contas, é difícil justificar a existência de um comando militar separado, se a aviação naval puder executar a mesma tarefa.

A enorme importância da força aérea contrasta com a fragilidade de suas teorias e doutrinas. Há poucos exemplos históricos, e as tensões entre afirmativas são muitas - a reflexão sobre o emprego militar do ar ainda espera seu grande autor.

A política armada: fundamentos da guerra revolucionária

Héctor Luis Saint-Pierre

1 As revoluções na história da guerra

Alguns autores falam em revolução no sentido amplo, e até na arte da guerra Bouthoul identifica três revoluções (1775, com a introdução da ideologia e povo; 1914, com a guerra industrial; e 1945, com a arma nuclear).

A primeira revolução, marcada pela sublevação da população colonial contra a metrópole, coincide com a figura do cidadão, e com este os exércitos nacionais, fato que não passou despercebido a Clausewitz. Até aquele momento a estratégia corrente era a manobra, o cerco, a posição - guerras de desgaste nas quais o mercenário e o soldado não confiável compunha a parte central dos exércitos. A ideia de nação e amor pela pátria, motivo de justificação da morte em combate, mudou todo o cenário ideológico da guerra e foi capaz de fazer surgir a batalha final e decisiva no lugar da evitação do confronto direto, mudança estratégica que caracterizou os conflitos napoleônicos.

Maquiavel já havia previsto o exército nacional e a substituição do mercenário, com a ressalva de ter dado pouca importância à artilharia. O mundo teve que esperar alguns séculos para ver a concretização de suas ideias, visto que a concepção do cidadão livre a lutar por “sua terra” ainda era incipiente.

A Grande Guerra, não apenas pela incorporação

da indústria e avanço técnico, paralisou o avanço dos grandes exércitos pelo aumento do poder de fogo e caracterizou a “guerra de trincheiras”, que durou somente até que a tecnologia pudesse suplantá-la com as aeronaves e tanques de 1918.

A introdução da guerra nuclear, porém, foi além do que Bouthoul indicou, mudando mesmo a teoria política em geral. A possibilidade de destruição total mudou a própria natureza da guerra - até então o objetivo estratégico era sempre positivo, desde que os custos fossem suportáveis. A introdução do armamento nuclear tornou a vitória dificilmente capaz de compensar seu custo - e se tornou impossível impor a vontade política a um inimigo destruído, negando duplamente o objetivo da guerra e a inviabilizando como instrumento da política. A política agora era negativa - cumprir objetivos evitando a grande prova de força e seu insuperável custo.

Além disso, se a guerra é continuação da política, deve manter a essência desta com exceção de seus meios. Se a guerra nuclear *negaa* política, a concepção clausewitziana deixa de ser útil. Assim, o surgimento da arma nuclear cria um abismo conceitual na guerra e na política. A “estratégia da dissuasão”, pois, dominou o panorama da Guerra Fria e paralisou as potências, numa contradição fundamental entre a enormidade do perigo e o benefício do risco.

A arma nuclear, portanto, não seria uma *evolução* da guerra, mas negação conceitual desta

como instrumento político. Qualquer Estado não nuclearizado se torna refém de potências nucleares, num “equilíbrio do terror” que definiu as relações internacionais por décadas. Hoje esta ameaça permanece, não apenas em ogivas, mas no descontrole efetivo sobre a totalidade do armamento nuclear.

Outra modificação que Bothoul parece não considerar é a transformação da população civil em alvo militar. Na Guerra Civil espanhola foram testadas pela primeira vez as técnicas cruéis depois empregadas na Segunda Guerra Mundial - note-se, por exemplo, a ampliação do “teatro de guerra” com a inclusão da população civil como alvo da “cortina de bombas”. Os bombardeios de Dresden, Hiroshima e Nagasaki foram uma continuação conceitual desta modificação.

2 A natureza da guerra

Clausewitz estudou a guerra com foco em sua natureza e na radicalização conceitual, buscando uma *teoria* para analisá-la em sua forma absoluta, como ponto de referência - advertindo, permanentemente, que a *guerra absoluta nunca deve ser confundida com sua aparição concreta e histórica*. A compreensão da *essência* da guerra pode nos auxiliar a compreender, conduzir e evitar guerras reais, mas nunca pode ser confundida com a guerra real em si - se aproximando de um “tipo ideal” weberiano.

Vê, em início, a guerra como um duelo em larga escala - dois beligerantes que buscam forçar o adversário a submeter-se a sua vontade. Nesta primeira definição existem apenas dois elementos - o meio (uso de violência) e o fim (imposição da vontade ao inimigo), através de seu desarmamento (retirar do inimigo a capacidade de resistência, que é em si o primeiro ato da violência). O *princípio* desta guerra conceitual é o aniquilamento do inimigo - um princípio puro

de hostilidade, mas no plano empírico este princípio se atenua e dá lugar a ações limitadas e controladas. Ante tensões entre dois elementos separados, estas se descarregam em pequenos choques espaçados.

Há ainda uma distinção entre *fim* e *objetivo* - o *fim* da guerra é a imposição de nossa vontade, o *objetivo* é o desarmamento do inimigo para conduzir ao fim. Esta distinção importa na relação clausewitziana entre política e estratégia, pois a primeira se vincularia com o término da guerra, e a segunda com seu objetivo. Assim, o “objetivo final” da estratégia militar levaria em si ao “objetivo final” da política, e estes não se confundem.

3 A guerra e a política

É comum ver o começo das hostilidades como o “fim da política”, posição de Arendt sobre essa posição. Esta ideia se baseia numa oposição fundamental entre política e violência - e em seu meio, a partir do nascer de uma guerra a “lógica diferente” da guerra guiaria as decisões por outro caminho, como se a guerra tivesse uma inteligência interna e autônoma da vontade humana. Nessa visão, os governantes se tornariam reféns dos acontecimentos militares, sendo a declaração de guerra o último ato de governo, após o qual tudo seguiria um rumo “lógico” ditado por Marte. Contra essa visão Clemenceau lançou sua célebre máxima - “a guerra é importante demais para ser deixada aos generais”.

Recorre-se à guerra como reforço ou substituição à diplomacia, quando esta não consegue fazer prevalecer certos interesses. A guerra substitui meios, mas objetivos e meios de Estado são ainda decididos pela autoridade civil.

Se a política cesasse com o início da guerra, toda guerra seria, em conceitos clausewitzianos, “absoluta”, buscando o aniquilamento total do ini-

migo. Se a política calasse, ninguém buscaria a negociação, e todo conflito terminaria com a eliminação de um dos beligerantes.

Do ponto de vista conceitual, uma das leis que comandam a guerra é a de “ascensão aos extremos”. Esta lei expressa a tendência a reagir a uma ação violenta com outra de maior intensidade, e levaria cada um ao exercício de toda a potência. No âmbito histórico, porém, uma série de fatores entram em jogo e atenuam aquela lei - numa situação em que “a dedução lógica rigorosa se perde e se torna um instrumento inútil e ineficaz do cérebro”, e, portanto, que a decisão só pode ser política. A política não apenas decide o início da guerra, mas seus objetivos, sua amplitude, o início da negociação e seu fim.

Nas palavras de Clausewitz, a guerra não faz cessar as relações políticas, nem as transforma em algo inteiramente diferente. Estas continuam a existir e, em sua essência, quaisquer que sejam seus meios, não são mais do que contornos de uma política que se prossegue *pela* guerra até a paz.

Lições estratégicas da II Guerra Mundial, 75 anos depois

José Miguel Quedi Martins

Decorridos 75 anos do fim da maior e mais letal conflagração da história, o mundo se encontra novamente numa espiral de tensões. Este é o principal sentido de atualidade da Segunda Guerra - visto que as raízes das atuais tensões estão no balanceamento estrito que conduziu à guerra de 1939 e à Guerra Fria.

Nosso conceito de “balanceamento” é o de contrangimentos mútuos entre Estados, que, se chegar à ameaça ou ao uso da força, se torna “estrito” - se confundindo com o próprio conceito de Relações Internacionais. É razoável relacionar o balanceamento amplo com dissuasão (*deterrence*) e estrito com intimidação (*compellence*). A divisão do trabalho de segurança com aliados para “dividir o fardo” pode vir a dotá-los de capacidades que lhes permita assumir uma posição desafiante.

Foi este o caso do Eixo, as potências desafiantes da Segunda Guerra - a Alemanha como aliado britânico anti-francês, na figura da Prússia; o Japão, como aliado anti-chinês e anti-russo, que acabou destruindo a hegemonia naval inglesa; e a Itália, como principal ameaça à Royal Navy no Mediterrâneo, sofreu ataques-surpresa imediatos em Taranto (1940).

As potências do Eixo, com o benefício da distância temporal, nunca tiveram chance contra os grandes Estados aliados. A Segunda Guerra, porém, ocultou uma outra guerra entre os Aliados - particularmente da Grã-Bretanha contra a URSS e China. A conduta inglesa, ainda que torpe por prolongar a guerra, foi uma caracte-

rística da ótica do balanceamento estrito.

Esta lógica - a que levou à operação *Torch*, no norte da África, num ataque direto às forças alemãs e italianas - era a oposta à dos americanos, que planejavam as operações *Sledgehammer* e *Roundup* no sul da França para aliviar o front oriental, bem como o programa de *lend-lease* para soviéticos e chineses. Em suma, o enfoque americano foi o da cooperação, não o do balanceamento estrito.

A barganha diplomática do Brasil também ilustra o engajamento, não o balanceamento estrito. Com relações estreitas com a Alemanha e os EUA, pôde alavancar os recursos para a construção da Usina de Volta Redonda, inserindo-se no seio da II Revolução Industrial. Foi também pelo engajamento que os EUA conseguiram implementar a *Pax Americana* pelo plano Marshall, colocando sob seu comando todas as potências anteriores. Contudo, logo após a adoção da Doutrina Truman, em 1947, os EUA passaram a adotar o balanceamento estrito frente à URSS e China.

O balanceamento estrito se revelou mais uma vez falho - para vencer a URSS, potência que nunca ultrapassou os 9,5% do PIB mundial, os EUA converteram a Europa e a China em superpotências econômicas, criando adversários mais aptos do que aquele que pretendiam vencer. Ao invés de buscar um novo plano Marshall após a queda da URSS, os EUA intensificaram a pressão militar e diplomática pela expansão da OTAN, levando ao renascer de uma Federação

Russa formidável. A marinha chinesa, que hoje ameaça a US Navy no Indo-Pacífico, foi construída de 2011 para cá, coincidindo com o Pivô para a Ásia dos EUA (2011-).

O balanceamento se revela contraproducente, criando adversários mais imponentes do que aqueles que se busca enfrentar - como foi com a Alemanha, Japão e China ao longo do século XX. O Japão criado para enfrentar a China e a Rússia acabou por destruir a Marinha Britânica na região - algo que a Rússia dos czares e a China imperial jamais ousaram sequer sonhar. A Alemanha e a Rússia, contra as quais foram formadas as maiores coalizões da história, hoje retêm suas capacidades e a condição de integrar-se ou consolidar-se como grande potência. Além disso, o BE pode ter contribuído para o declínio do Ocidente, visto no crescimento de renda percentual da Ásia, que recupera progressivamente seu papel anterior às Revoluções Industriais.

Estas lições importam ao Brasil, que pode tirar proveito da nova situação internacional por meio da cooperação, engajamento, neutralidade e barganha diplomática - tendo laços tanto com os EUA quanto com a China, e dependendo de financiamento externo cuja liquidez depende de um cenário pacífico. Do mesmo modo que Vargas obteve o domínio da eletricidade, cimento e aço, só travando a Guerra quando ela já estava definida, precisamos obter o domínio da rede (5G), da automação (AI e Robótica) e do computador (microprocessador), para nos inserirmos exitosamente na III Revolução Industrial.

Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes

Andrew Korybko

1 Introdução à teoria e estratégia

O foco é expressar como as ideias por trás das revoluções coloridas são difundidas e seus participantes são recrutados. Há forte ênfase em operações psicológicas em demografias específicas, e o advento da mídia social oferece uma grande oportunidade para recrutar futuros praticantes desatentos. Buscaremos demonstrar que o Pentágono está ativamente pesquisando formas de potencializar esta ferramenta.

1.1 Propaganda e fabricação de consenso

A espinha dorsal da revolução colorida é a difusão de informação entre a população, buscando disseminar a mensagem da derrubada do governo. Edward Bernays, em 1929, reconheceu a propaganda como uma fusão dos princípios da publicidade e projeção em massa.

Bernays acreditava que um pequeno grupo invisível orienta a forma de pensar das massas, uma forma de manter aparências de ordem no caos. O homem em grupo, diz, é diferente do indivíduo, motivado por impulsos que não partem da psicologia individual.

Esta é a base das revoluções coloridas. Bernays também escreve que, graças às vantagens da comunicação instantânea, pessoas podem se associar e organizar para ação conjunta. Esta estrutura invisível de grupos é o mecanismo pelo qual

a democracia organizou sua mente e simplificou o pensamento em massa.

As revoluções coloridas reúnem porções distintas da população, trabalhadas para compartilhar as mesmas ideias contra o governo. O principal método de Bernays é a abordagem indireta (ou a versão social da teoria de Liddell Hart), na qual instrui que “fábricas de consenso” pesquise alvos muito antes, e então fabrique notícias artificialmente. Os eventos devem ser “imaginativos”, não lineares. Nas revoluções coloridas, isto explica a grande variedade de artimanhas utilizadas.

O objetivo é planejar de forma a tornar as ideias parte integrante da própria população - os resultados são obtidos a partir da fabricação de consenso. Os indivíduos são usados como instrumentos de produção de uma unanimidade de apoio ao golpe, podendo também proteger os elementos planejadores da revolução.

As ideias devem parecer espontâneas, com ênfase na abordagem indireta. O vírus de Mann deve ser o mecanismo a espalhar-se.

1.2 Guerra neocortical reversa

Richard Szafranski escreveu sobre a guerra neocortical, uma guerra que busca moldar o comportamento de organismos inimigos sem destruí-los. Influencia consciências, busca penetrar nos ciclos OODA do inimigo. Busca levar percepções e dados projetados para levar a decisões controladas. O produto são escolhas do

adversário que são as que desejamos.

O inverso da guerra neocortical que busca fazer líder inimigo não lutar é fazer a população lutar. O melhor jeito, diz o autor, é conhecer a cultura e visão de mundo dos alvos, então abordando-os com programação neurolinguística, atacando a mente e alterando a vontade. Esta guerra não é linear e possui elementos inerentes de caos - a guerra híbrida já foi vista como uma versão armatizada da teoria do caos.

1.3 Guerra centrada em rede social

A guerra centrada em rede é uma teoria que vem crescendo desde 1998, especialmente por Cebrowski, Garstka e Savin. Os autores fazem referência à lei de Metcalfe - “o poder de uma rede é proporcional ao quadrado do número de nós”. Este poder vem de intervenções ricas em informação.

Os nós podem ser indivíduos engajados com uma revolução colorida e seu poder agregador. O a grade de sensores pode ser virtual ou físico; a grade de engajamento é o catalisador da ação, as redes que buscam enfim a concretização da revolução. A espinha dorsal de informação é a campanha de informação externa.

1.4 Guerra social em rede

John Arquilla e David Ronfeldt publicaram em 1996 *The Advent of Netwar* - um conflito sem líderes, entre redes de atores desvinculados do Estado, numa luta de baixa intensidade e amorfa. Descrevem como as guerras em rede focariam no poder brando, operações de informação e administração das percepções.

Identificaram três tipos de rede - em cadeia (com comando centralizado), em estrela (compartimentalizada) e multicanal (descentralização tática), que torna unidades individuais ‘uma só mente’ e é muito difícil de contrapor.

A guerra em rede tende a transcender fronteiras e outras distinções entre Estado e sociedade, público e privado, guerra e paz, polícia e FFAA, e legal e ilegal. Atribuem isto, até certo ponto, à guerra neocortical de Szafranski, que pode confundir as crenças fundamentais do povo.

A guerra híbrida entende a guerra social desta forma, mas propõe uma combinação de três tipos de formação de rede.

O modelo em cadeia começa no exterior, com a decisão de derrubar um governo. Depois a decisão chega ao nó de planejamento (CIA, Pentágono). Ramifica-se em “nós ativos”, e então juntam força com nós autônomos (*think tanks*), que já produziram sobre as informações necessárias (*regime change*, cultura do alvo, etc.).

Organizadores externos então examinam redes multicanal existentes, entendendo suas interações, e então penetram na sociedade-alvo por meios físicos ou virtuais - agentes ou contato *online* com dissidentes favoráveis. O mais provável é uma abordagem híbrida. Os dissidentes são ponto de contato que criam suas próprias redes em estrela e multicanal; aumenta-se, pois, exponencialmente o número de nós. A célula de uma rede social interconectada dá início à revolução colorida.

Quando mais distantes estiverem as redes multicanal da rede em estrela da agência de inteligência, menos provável é que percebam a origem da influência. Se tudo for feito corretamente, os nós ativos se tornam “uma só mente” e a aplicação tática é o que se chama de “enxame” (Arquilla e Ronfeldt, 2000).

As agências podem utilizar o fenômeno da *big data* para organizar, filtrar e acompanhar o perfil macrossocial do povo em países alvo. A publicidade dirigida imita a das próprias redes de mídia social.

Niekerk e Maharaj documentam como as FFAA

americanas utilizaram o software *Persona* para criar dez contas de mídia social por pessoa, buscando “gerar consenso favorável aos Estados Unidos”. Os autores sugerem outros usos, inclusive “instigar protestos e primaveras populares”. Emoções se espalham por contágio através de uma rede, aumentando o poder de organizações de inteligência para fabricar uma mente de colmeia a nível social.

A pesquisa secreta do Facebook estava ligada à “Iniciativa de Pesquisa Minerva do Pentágono”, que fornecia fundos a pesquisadores que estudam conexões entre mídias sociais e agitação civil. A Universidade de Cornell já cooperou com a Iniciativa para “prever a dinâmica de mobilização e propagação de movimentos sociais”, e buscava prever a “massa crítica” da agitação estudando seus resquícios digitais.

O programa SMISC, da Darpa, também pode ser utilizado ofensivamente - ao invés de utilizar operadores no contra-ataque a campanhas de desinformação. Isto pode, também, fabricar mentes de colmeia - que, após ser notada pela mídia ocidental, se torna uma “revolução colorida”.

2 Enxames e a mente de colmeia

O objetivo é a formação da mente de colmeia, na qual partes díspares são “programadas” e podem ser controladas como uma unidade - que então cria um enxame contra o alvo de maneira aparentemente caótica a fim de abalar o ciclo OODA dos alvos. Estas mentes de colmeia podem ser fabricadas por organizações estrangeiras através de plataformas de mídia social.

A mente de colmeia pode ser uma *consciência coletiva*, se passiva, ou *inteligência de enxame*, se ativa. Anna Piepmeyer a define como “a con-

dição do sujeito dentro da sociedade como um todo, e como qualquer dado indivíduo vem a se perceber como parte de dado grupo”, um efeito mediado por pressões externas. A guerra híbrida toma estas pressões como influência, dedicada a promover agitação civil para forçar uma troca de regime.

A mente de colmeia torna-se ativa quando seus membros participam de uma ação contra o governo. Di Caro a define como uma metáfora computacional recente, usada pela primeira vez para descrever inteligência artificial inspirada no comportamento de certos insetos. De acordo com Arquilla e Ronfeldt, os enxames só funcionarão se desenvolvidos em torno de inúmeras unidades de manobra, pequenas, dispersas e interconectadas (“bandos”), organizadas em “aglomerados”.

Afirmam que o advento de operações de informação trará a formação de enxames à tona. A guerra de quarta geração, a revolução da informação e a guerra em rede são combinadas para estabelecer a formação de enxames.

2.1 Enxames e revoluções coloridas

Engdahl vê a formação de enxames como uma tática-chave em revoluções coloridas. As táticas não violentas da juventude da Otpor!, na Sérvia, em 2000, foi treinada com base na análise da RAND Corporation. Agentes especiais direcionavam seus líderes para dividir protestos relâmpago.

O golpe de Belgrado contra Milosevic teve o uso da Internet como novidade, assim como mensagens SMS. Com estes recursos, um pequeno punhado de líderes pôde dirigir com presteza a juventude rebelde da Geração X para dentro e fora de protestos.

É assim que a teoria das guerras híbridas vê as

grandes plataformas sociais em conjunto como ferramentas para ajudar na formação de enxames. As *hashtags* organizam a informação e permitem que seja rapidamente encontrada. O objetivo é “viralizar” o movimento, para que a mídia ocidental permita que os governos do Ocidente façam declarações diplomáticas.

3 Tática e prática das revoluções coloridas

3.1 O maquiavel da não violência

Gene Sharp talvez seja o maior responsável pelo sucesso das revoluções coloridas. Descreve métodos não violentos de desestabilização de governos, acreditando estar numa missão épica para libertar o mundo da autocracia. Sugere ideias para organizar grupos de resistência não violenta, e disserta sobre o que vê como vulnerabilidades institucionais de fortes governos centralizados. Robert Helvey, coronel do Exército dos EUA, colaborou com Sharp, e é creditado na criação da “desobediência política em massa”.

Ressalta que a retirada de colaboração popular pode restringir a disponibilidade de fontes de poder; destaca a luta travada com armas psicológicas da população; lembra que o conflito político é um campo em mudança, e nada é estático; que na cooperação e rebelião de massa, situações políticas podem ser mudadas, como o poder de ‘ditadores’ de controlar processos econômicos; e destaca que o efeito cumulativo de campanhas é o de reforçar a resistência e expandir áreas onde a ditadura enfrenta limites.

3.2 O manual de campo das revoluções coloridas

Em 2003 Sharp escreveu uma continuação, *There Are Realistic Alternatives*. Seu primeiro li-

vro era um manifesto e uma estratégia, e este era um plano de ação e um arcabouço de táticas. Traçou 198 métodos específicos de resistência não violenta.

Destacam-se discursos públicos, slogans, caricaturas e símbolos, marchas, assembleias, desobediência social, boicote a eleições, recusa em aceitar funcionários nomeados, ocupação não violenta, dupla soberania e governo paralelo; e, nas mais inovadoras, mensagens no céu e em terra, protestos num, gestos obscenos, desacato, representação de funerais, desaparecimento coletivo, esconderijo, fuga e identidades falsas, autoexposição aos elementos, greve de fome e teatros de guerrilha.

Na Síria e na Maidan, medidas não convencionais foram amplamente utilizadas. Os EUA reconheceram amplamente o trabalho de Sharp, no Telegraph, Voice of America, CNN e New York Times, em relação à Primavera Árabe.

Sob um ponto de vista geopolítico, vale notar as regiões nas quais as revoluções coloridas foram levadas a cabo - áreas politicamente voláteis na *rimland*, com irônica letalidade de métodos não violentos e exportação de danos colaterais para a Síria e Ucrânia.

4 Célebres profissionais das revoluções coloridas

4.1 John Tefft

O novo embaixador dos EUA na Rússia trabalhou na Geórgia de 2005 a 2009, coincidindo com a guerra da Geórgia, e embaixador na Ucrânia de 2009 a 2013, durante a revolução colorida contra Yanukóvytch. A *Voice of Russia* confirmou que ele estava no centro da prática de mudança de regimes na Geórgia e Ucrânia.

4.2 Frank Archibald

Chefe do Serviço Nacional Clandestino (NCS) da CIA até 2015, Archibald estava envolvido na guerra civil da Bósnia como “homem das armas” e coordenou a ação secreta que ajudou a remover Milosevic do poder (de acordo com o *Newsweek*). A nomeação de Archibald é indicação da possível difusão dos métodos da NCS.

O grande oriente médio

Paulo Visentini

1 Intervenção americana no Afeganistão

1.1 Mitos e realidades

O termo ‘terrorismo’, em seu emprego trivial pós-2001, é objeto de manipulação para justificar agendas internacionais, não sendo um fenômeno novo na história.

O primeiro sentido da palavra é o terrorismo de Estado, atos generalizados de violência sistemática contra a sociedade, minorias internas ou povos dominados de forma a impor determinado projeto. É polêmico, visto que o Estado tende normalmente a usar meios repressivos que não constituem terrorismo de Estado.

O segundo é a execução de atos violentos contra alvos determinados. Ocorreu amplamente nos anos 1960 e 1970, e estas ações sempre tiveram objetivos políticos. Geralmente são praticados por organizações, mas também por governos.

Os Estados que combatiam os grupos terroristas se utilizavam também do terrorismo, como atentados israelenses eliminando lideranças palestinas. As acusações de “política terrorista” nos territórios ocupados, porém, se referiam ao terrorismo do primeiro tipo.

O terceiro tipo é o que produz mais vítimas - o terrorismo comunal das guerras civis. Foi o caso da África Central, conflitos na ex-URSS e na Iugoslávia. A população e suas milícias investem contra outras comunidades, num terror coletivo

que está crescendo no Afeganistão, Paquistão e Índia.

O quarto e último tipo não é material, mas uma percepção ou “ansiedade global” - um terror virtual de manipulação de inseguranças de forma a criar consentimento a medidas repressivas que levam à perseguição de opositores. São os dois últimos tipos os que constituem o maior perigo na atualidade - o terror comunal da guerra civil e o terror virtual.

1.2 A guerra infinita de Bush

Em 2001, no momento que os EUA investiam num escudo anti-mísseis contra oponentes estatais, os atentados contra o World Trade Center chocaram o país. As evidências da responsabilidade apontavam para a Al Qaeda e o regime do talibã. Apoiando-se na comoção mundial, Bush desencadeou a guerra ao terror.

A presença militar americana se espalhou pela Ásia central, gerando tensão com os vizinhos e desequilibrando as relações Índia-Paquistão, mas falhando em encontrar Osama Ibn Laden e o *mollah* Omar, líder do Talibã.

O ataque levantou a questão do declínio americano, mas também o *choque de civilizações* de Huntington - instalando uma síndrome de declínio no coração dos americanos. O mundo se tornou mais instável e propenso a crises político-militares e econômicas.

O 11/09 foi um ponto de inflexão de um processo que já ocorria. O propósito da resposta

americano logo ficou claro, e pouco tinha a ver com a guerra ao terrorismo. O nó da questão está nos próprios problemas internos do Ocidente, sendo o Oriente Médio e Ásia Central apenas uma extensão do problema.

Nenhuma prova concreta da autoria foi oferecida à época. Mais importante que suas raízes, porém, foi a resposta - os EUA necessitavam atacar o Afeganistão, mas o Pentágono não estava preparado para tal. A CIA ocupou, pois, a posição central, e ao final do mês forças especiais já ocupavam posições no Afeganistão. A operação “Liberdade Duradoura” se expandiu, e em novembro Cabul se rendeu.

1.3 Intervenção, ocupação e resistência

A operação dependia de alguns arranjos diplomáticos, como fazer o Paquistão abandonar sua aliança com o Talibã - o que teria um custo interno terrível, bem como ter autorização de Estados para estabelecer bases e cruzar territórios, o que envolvia negociações com a China e Rússia - que aceitaram, diante da aceitação de Washington de reconhecer também chechenos e uigures como terroristas.

A situação interna do Afeganistão se deteriorou. Ao mesmo tempo, a Força Aérea imobilizava o Talibã, que havia reagido por uma guerra convencional, não pela guerrilha fora das cidades.

A resolução 1386 do CSNU estabeleceu uma Força Internacional de Assistência para a Segurança (ISAF), que auxiliaria o governo interino do Afeganistão. Liderada pela OTAN, passou a atuar em todo o país.

O acordo de Bonn criou um governo de coalizão a partir de diversos grupos afegãos, sob Hamid Harzai. Era um país arrasado sem real controle, com o caos interno pré-talibã voltando a se instaurar. Harzai era um “prefeito de Kabul”,

enquanto os americanos pagavam os líderes da Aliança do Norte para manter o controle sobre as regiões. Os velhos abusos ressurgiram, o cultivo de papoula, fabricação de ópio, heroína, e o tráfico.

Os investimentos em infraestrutura nunca vieram. O desemprego cresceu, aliado a bombardeios equivocados sobre civis - a incapacidade de compreender a sociedade local e o descontentamento da população transformaram os simpáticos soldados ocidentais em nervosos e agressivos invasores de residências.

Acreditando já controlar o país, os EUA começaram a retirar parte de suas forças e enviá-las ao Iraque. Em pouco tempo se formou uma insurgência, especialmente nas fronteiras do Paquistão habitadas por pashtuns. Perderam-se várias áreas, ocorreram atentados e surgiu apoio popular ao neo-talibã, devido à ausência de autoridade estatal nas áreas distantes.

Diante da incapacidade financeira e administrativa do governo, foram criadas as Equipes Provinciais de Reconstrução (ERPs), unidades civil-militares que buscavam reconstruir o país e ganhar o apoio da população por meios não-militares.

Em 2004 uma nova constituição foi adotada. Um ano depois eleições parlamentares foram conduzidas para a Câmara do Povo (Wolesi Jirga) e Câmara dos Anciãos (Meshrano Jirga). A assembleia tinha o poder de despedir ministros, aprovar ou não o estado de emergência e ratificar tratados, ainda que o presidente tivesse as atribuições costumeiras.

O poder interno era descentralizado. O orçamento do país era quase todo advindo de ajuda externa, mas a maior parte dessa ajuda se perdia em corrupção, despesas gerais, segurança e salários.

EUA e Rússia cooperavam no campo da contra-

insurgência, mas a China seguia outros caminhos. Abriu a chamada “Nova Rota da Seda”, e pegou carona na ocupação da OTAN para implementar antigos acordos nas rotas entre Kabul e Herat e buscar a construção do ‘cinturão tadji-que’ até o Irã.

A OTAN retirou tropas e o Afeganistão buscou se aproximar das potências que mais lhe beneficiassem. Um Grupo de Contato foi criado na OCX para oferecer-lhe apoio, e em 2010 Karzai visitou a Rússia.

As eleições de 2009 e 2010 foram tumultuosas, e a OTAN anunciou o plano de entregar a segurança interna às forças afegãs em 2014. Antes era necessário enfrentar o neo-talibã, porém, e este estava ganhando terreno.

A China defendeu a não-intervenção na política interna do Afeganistão, porém as forças da militância islâmica e a presença americana na Ásia Central fortaleciam o papel da OCX. A Índia assinou também parceria estratégica com o Afeganistão para treinamento militar.

2 Iraque, Irã e a nova geopolítica do petróleo

2.1 Invasão anglo-americana e insurgência

A partir de 2000 o Iraque passou a recuperar seu protagonismo. Os constantes ataques americanos passaram a ser condenados por governos árabes e europeus (exceto pelo Reino Unido).

Paralelamente a Rússia assinou um acordo de cooperação com o governo iraquiano. Nesse momento o diplomata brasileiro José Bustani convencia o Iraque a entrar na Organização da ONU para a Proscrição de Armas de Destruição em Massa, para evitar as comissões designadas

especialmente para o Iraque. Foi removido do cargo por pressão americana.

O governo Bush desejava atacar o Iraque devido a problemas internos americanos. O Irã era o verdadeiro alvo, e se o regime de Saddam caísse, Teerã ficaria cercada por aliados norte-americanos. A oposição total do CSNU protelou o ataque, e permitiu ao Iraque recuar exércitos para as cidades e armar a população.

Isso aumentou o descrédito da administração Bush e da liderança americana, visto que o petróleo tinha um papel essencial na Europa e nas economias asiáticas emergentes. A guerra também traria riscos a aliados do Ocidente no Oriente Médio.

Em 2002 Bush lançou sua Doutrina, definido ameaça pela combinação de radicalismo e tecnologia - WMDs em posse de movimentos extremistas, o que seria agravado se houvesse apoio de Estados soberanos. Estes Estados foram escolhidos a dedo e vilanizados, formando o “Eixo do Mal” de Bush incluindo o Iraque, Irã e Coreia do Norte. O plano era, na realidade, uma forma de legitimar *guerras preventivas*.

Após a Guerra do Golfo o CSNU proibiu o Iraque de desenvolver armas de destruição em massa, e os últimos relatórios da equipe de inspetores determinaram que não haviam tais armas de qualquer tipo, bem como a cooperação do Iraque.

O governo Bush iniciou, então, uma série de manobras políticas alegando que o país tinha armas químicas e biológicas, e a capacidade de atacar os EUA, e conseguiu permissão do Congresso para conduzir uma ofensiva.

A situação já não era a mesma do Afeganistão, e o CSNU se opôs à via militar. A OTAN também se opôs, com a Alemanha e França vetando o ataque. A Turquia se recusou a colaborar, interditando o uso de suas bases. A invasão prosseguiu

de forma unilateral, com o ultimato de março de 2003.

Teve apoio de australianos, britânicos e milícias curdas. Para legitimar a ação, outras nações foram envolvidas, chegando a 40 - que enviaram contingentes puramente simbólicos.

O ataque se iniciou no sudeste, pela península de al-Faw. A resistência foi fraca e desorganizada. Nas cidades houve resistência maior, mas em dois meses a invasão dominou Bagdad. A Guarda Republicana simplesmente desapareceu. Caminhões americanos foram vistos em frente a museus de tesouros arqueológicos saqueados¹.

A busca e captura dos antigos líderes, bem como a resistência militar de apoiadores e fundamentalistas, levou à entrada da Al-Qaeda no país após a invasão. Formou-se um governo de transição xiita com lideranças curdas. Uma nova constituição foi aprovada, declarando um governo democrático, republicano, federal e pluralista.

Em julho os filhos de Hussein foram mortos em Mosul, e a insurgência continuava desorganizada, com o uso predominante de ataques suicidas, IEDs, morteiros, pequenos foguetes e sabotagem. Em 2003 Hussein foi capturado perto de Tikrit. Na mesma época Sérgio Vieira de Mello, representante especial que se opunha à agenda americana no Iraque, morreu num ataque a bomba.

2004 foi marcado por novos confrontos. Um dos maiores incidentes ocorreu em Fallujah, de maioria sunita, quando insurgentes atacaram uma comitiva protegida por quatro seguranças da Blackwater, e permitiram que a população os esquartejasse. A resposta foi a invasão da cidade em duas batalhas, que deixaram claro

que as forças da coalizão estavam engajadas em contrainsurgência.

Neste ano ocorreu o escândalo de tortura e abusos de prisioneiros iraquianos por oficiais americanos na prisão de Abu Ghraib. Sequestros, centros de tortura e ataques equivocados a festas de casamento esvaziaram completamente o discurso de defesa dos direitos humanos.

Em 2005 ocorreram eleições, boicotadas por sunitas, e ataques suicidas a civis xiitas e militares estadunidenses. Em dezembro o Conselho Representativo foi eleito com representação sunita. No início de 2006 os partidos entraram em acordo sobre o gabinete entre curdos, xiitas e sunitas.

Os movimentos de insurgência continuaram impedindo o controle do país. Houve maiores conflitos entre populações xiitas e sunitas; em dezembro de 2006 Hussein foi executado pelo assassinato de 148 xiitas em 1982. Em 2007 o número de tropas foi aumentado, mas em agosto, em Qahtaniya, ocorreu o pior ataque a bomba da guerra, matando quase 800 civis. As lutas sectárias aumentavam - a coalizão tomou a controversa decisão de formar uma Guarda, incluindo ex-insurgentes, para proteger as regiões sunitas.

Em 2006, 2007 e 2008 formou-se o novo exército iraquiano, que logo atuou em Basra e Mosul. O ódio aos EUA crescia, e as forças armadas reconheciam não serem capazes de reconstruir um país. Diante da inexistência de WMDs, elevado volume de feridos americanos, violações de DH e elevado custo financeiro, era necessária a retirada - ignorando as lutas sectárias e dezenas de iraquianos mortos diariamente.

O plano era a retirada total até 2011. Houveram alguns sucessos, como as eleições para conselhos provinciais, com baixa violência e menor participação americana. Obama anunciou a retirada em 2009, mas o início da retirada não viu

¹N.E.: Não duvido, mas este é o tipo de acusação que me parece que exigiria referências e evidências mais sólidas.

redução na violência. As eleições parlamentares em 2010 foram marcadas por atentados em Bagdá, mas alta taxa de adesão.

A retirada ocorreu em 31 de agosto de 2011. A ONU retirou as restrições ao Iraque; mas as mortes de soldados e os atentados a civis iraquianos não cessaram.

A retirada de Saddam Hussein do poder custou cerca de 3 trilhões de dólares. 4 mil soldados americanos morreram, bem como 120 mil iraquianos. Os EUA decretaram o fim da guerra, mas esqueceram de avisar aos insurgentes, que ainda mantém a violência e atentados contra um governo fraco.

2.2 Fraturas na diplomacia e cerco ao Irã

A administração Bush de 2000 passou a ignorar seus próprios aliados e impor sua agenda internacional, o que se intensificou após o 11 de setembro. Bush ignorou organizações internacionais, abandonando a ideia de apoio à liderança americana nas organizações internacionais. Focos de tensão foram reabertos e a tarefa de mediador foi abandonada.

Um objetivo geopolítico central era cravar uma cunha entre a Rússia e a China - buscando inviabilizar a Organização de Cooperação de Xangai, e debilitar as alianças chinesas. A guerra ao terror serviu para inviabilizar acordos Israel-Palestina.

A guerra ao Iraque serviu para isolar e derrotar o Irã. A oeste havia a Turquia, aliado da OTAN, e o Iraque, sob ocupação direta. A leste o Paquistão e novo Afeganistão eram aliados americanos. Além dos alvos internos - petróleo e nacionalismo -, o Irã é considerado o melhor caminho para escoar o petróleo da Ásia Central.

A guerra também causou danos à economia eu-

ropeia, debilitou o Euro e teve efeitos colaterais sérios na instabilidade do Afeganistão e falta de apoio na Europa, no Oriente Médio e no Conselho de Segurança. A busca da legitimação da guerra por meio da luta ao terrorismo é curiosa, visto que este não pode ser derrotado pela guerra convencional.

O Eixo do Mal foi integrado pela Líbia, Síria, Irã, Coreia do Norte e, em certa medida, Cuba. A tentativa de invadir o Iraque para depor Saddam como parte da guerra ao terrorismo encontrou oposição - ao lado dos EUA estavam apenas a Inglaterra, Israel e países europeus de segunda linha.

A oposição, certamente, não era unicamente jurídica. O embargo ao Iraque estava em erosão, e companhias petrolíferas já negociavam petróleo iraquiano. O Oriente Médio é visto como o maior fator desestabilizador - os EUA o atacou por recursos, posição geopolítica e por sua falta de defesa. A região está, entretanto, em acelerada modernização.

2.3 A nova geopolítica eurasiática do petróleo

Muitos veem nas ações da administração Bush uma retomada do poder americano, ou um caos geral. Trata-se, porém, de uma reação para evitar uma tendência histórica que emerge lentamente - a de construção de um sistema multipolar.

Emmanuel Todd argumenta que não haverá *império americano*. Um quadro realista mostra uma nação de potência no passado, mas em declínio relativo. Os EUA não podem manter seu nível de vida sem os subsídios do mundo; e tenta mascarar seu refluxo pela guerra ao terror e ativismo militar contra Estados insignificantes, porque não tem mais a força para controlar as outras grandes potências. A América se tornará uma

grande potência entre outras.

O fim da Guerra Fria derrubou os muros da Eurásia. A massa eurásiana ia deixando de ser uma expressão geográfica e se tornava um gigante geopolítico e geoeconômico. Os gigantes renasciam, ressuscitando a geopolítica de MacKinder e Mahan. Os EUA sentiam a erosão.

As potências marítimas e dos céus tão podem, porém, controlar o vasto interior da Eurásia; a alternativa é tentar controlar o *hinterland* e tentar, então, reorganizar o fluxo de petróleo. Embora os EUA não sejam grandes consumidores do petróleo do interior da Eurásia, necessitam controlar seu fluxo para controlar preços, quantidades, o desenvolvimento chinês e a formação de um espaço eurásiano. Daí a lógica dos conflitos na região.

3 A primavera árabe

3.1 Vazio estratégico regional e fluxos globais

O fim da Guerra Fria criou um vazio estratégico. Os regimes apoiados por Moscou foram neutralizados, e o conflito Israel-Palestina passou a ser considerado disfuncional. A Síria deixou de ser uma ameaça, e o Irã negociava com a administração Clinton. O Egito parecia estável, e o capitalismo do Golfo parecia sólido.

A mudança sociológica nas sociedades do Oriente Médio não era percebida pelo preconceito em relação a seu “atraso”. A situação se agravou com a guerra ao terror, que enfraqueceu a imagem dos EUA e levou a uma crise que atingiu seus aliados.

Este vácuo foi sendo preenchido pela China, Índia, Brasil, Turquia e outros, enquanto os investimentos árabes buscavam a África e a Ásia. Quando as guerras americanas se mostraram

impossíveis, seus aliados buscaram maior autonomia como forma de sobreviver politicamente. O Oriente Médio é a única região do mundo a não dispor de um Estado pivô a impulsioná-la.

3.1.1 As muitas faces da Primavera

A inédita onda de protestos desde 2020 levantou uma questão crucial - era uma era de democracia, ou uma onda de ira? Fato é que a Primavera trouxe consigo uma significativa transformação da sociedade.

Há evidências fortes de que houve importante participação externa na “preparação” dos revoltosos. Segundo Roche, a Primavera era ameaçada também por amigos, prontos a ajudar financeiramente, mas sempre impondo condições difíceis de suportar.

Teoricamente tudo se iniciou na vila tunisiana de Sidi Bouzid, conforme a polícia proibiu um graduado desempregado de vender legumes para sustentar a família. Mohamed Bouazizi, de 26 anos, ateou fogo em seu corpo em 2010, e os protestos se espalharam contra o presidente aliado da França. Em meio a uma onda de violência, a *Revolução Jasmim* triunfou e a cúpula adotou reformas superficiais.

O Egito se seguiu, levando à renúncia de Mubarak, um Governo Provisório e a eleição de um presidente da Irmandade Muçulmana em 2012. Sua política interna foi errática, levando a um golpe militar em 2013 que levou a outra onda de violência. No exterior o governo de Morsi rompeu com o Hamas e se posicionou contra Assad, mas a evolução interna levou à islamização e concentração de poder. O exército derrubou o presidente Morsi².

No Marrocos e Jordânia, a onda foi contida

²N.E.: O Tribunal Penal Internacional reconheceu o novo governo como legítimo baseado na doutrina do controle efetivo.

por reformas e pelo apoio ocidental aos regimes. Nas petromonarquias da Arábia Saudita, Kuwait, Qatar, Emirados e Omã, a repressão, concessões econômicas e apoio ocidental contiveram os protestos. Em Bahrein as medidas não foram suficientes, e a Arábia Saudita teve de intervir militarmente. Enquanto Cameron criticava a repressão no Egito, visitava as petromonarquias e vendia armas.

Na Líbia, Iêmen e Síria, os protestos se degeneraram em guerra civil. Na Líbia a OTAN interviu com força aérea, armas, dinheiro e forças especiais; extrapolou a resolução do CSNU, sendo apoiada pelas petromonarquias e voluntários islâmicos. Kadafi foi assassinado após se render e um governo ocidentalista foi implantado.

No Iêmen, após quase um ano de violências localizadas, o presidente renunciou para manter seu grupo no poder. A instabilidade e atentados prosseguiram. Não havia alternativa ao ocidente, diante de sua posição estratégica e sua luta contra grupos extremistas.

Na Síria, onde o regime foi capaz de conter protestos, houve uma escalada com apoio de nações europeias, bem como das petromonarquias. A Turquia passou a apoiar os rebeldes. O veto chinês e russo à intervenção, bem como o temor israelense à oposição islamista, alterou a balança; o Irã e o Hezbollah apoiaram o regime, o que estimulou os curdos da Turquia. A continuidade do conflito interessa aos EUA, pois desgasta o Irã, um dos principais apoiadores militares da Síria.

Na Argélia os protestos foram débeis, num país cansado da guerra desde 1992. A Turquia viu uma onda de protestos em 2013; o Irã, mesmo em meio a protestos e sanções, conseguiu realizar eleições, com a vitória de um candidato moderado em 2013. O país manteve certo equilíbrio e capacidade de negociação.

3.1.2 A Síria e a guerra civil

A Síria tem comparativamente uma grande região de estepe e deserto, o que permite maior agricultura que os países vizinhos. Sua economia era quase inteiramente estatal, o que mudou sob Bashar al-Assad. Certa liberalização foi perseguida, até com a abertura de uma Bolsa de Valores. Quaisquer efeitos foram minimizados pelo início da guerra civil e de sanções em 2011.

Em 2005, a Síria retirou suas tropas do Líbano, e em 2008 estabeleceu relações com o país. A Síria vinha sendo acusada por governos ocidentais de ter relações com organizações terroristas, o que levou a sanções.

Em 2011 protestos eclodiram em Da'ra, clamando pelo fim do estado de emergência, legalização de partidos políticos e maior liberalização. O governo reprimiu duramente as manifestações, e um tempo depois se formou uma oposição armada ao regime que legitimou em certa medida a resposta violenta do regime. Assad fez certas concessões, insuficientes, já que afirmava não ter intenção de sair do cargo. Em 2012 um referendo para instaurar um sistema multipartidário foi rejeitado pela oposição, que queria a deposição imediata do Presidente.

Nesta época Kofi Annan traçou um Plano de Paz de Seis Pontos, acordado pela oposição e governo, que recebeu a aprovação do CSNU. Em abril de 2012 o plano foi colocado em prática e desrespeitado por ambos os lados.

O regime Assad é formado por uma minoria islâmica alauíta, que vê a permanência no poder como essencial a sua sobrevivência. O regime preenche quase todos os postos de poder do país.

Com o passar do tempo o embate agravou-se, envolvendo diversos outros atores e interesses regionais e internacionais. Na esfera interna, destacam-se o Conselho Nacional Sírio e o Exército Sírio Livre, bem como a grande massa de

radicais. O Conselho se formou por uma coalizão de diversos grupos devido à pressão externa que desejava ver uma oposição unida. No final de 2012, sob pressão o CNS aceitou se unir a outros grupos de oposição, formando a Coalizão Nacional Síria, que em 2013 escolheu o primeiro ministro provisório Ghassan Hitto.

O Exército Livre Sírio, por sua vez, foi criado em agosto de 2011 por desertores do Exército. Foi o braço armado da oposição, utilizando táticas de guerrilha com apoio estrangeiro do Golfo e do Ocidente, provendo armas e dinheiro. Vale destacar a presença cada vez maior de militantes islâmicos, que acabou por desacreditar o grupo.

A Arábia Saudita visualiza possibilidade de aumentar seu poder caso Assad caia, diante da aliança Síria-Irã. Os sauditas também temem o Iraque, e Riad teme que Teerã, Damasco e Bagdad tornem-se um triunvirato regional. Isso explica a grande quantidade de armas sauditas nas mãos dos opositores de Assad. A postura ocidental também é muito diferente frente a revoltas na Síria e nas petromonarquias.

O Iraque sofre de conflitos sectários. Os sunitas passaram a receber apoio saudita pelas mesmas razões da Síria. É dito que o governo xiita vem facilitando o apoio iraniano, e a crise na Síria parece ter evoluído de uma reivindicação de melhoras de vida para um imenso *proxy* para rivalidades regionais.

Diante de tensões entre Síria e Turquia, a OTAN se reuniu para evitar uma guerra e aumentou a defesa aérea de Ankara com mísseis *Patriot*.

Moscou possui laços históricos com Damasco, e veio em proteção a sua aliada tentando evitar uma intervenção ocidental direta, por dois motivos - manter um porto no Mediterrâneo Leste e manter o controle de rotas energéticas. O porto de Tartus é importantíssimo, podendo ser usado pela frota russa. O Gasoduto Islâmico é também

uma perspectiva que incentivou o envolvimento russo.

Os EUA têm uma política mais cautelosa, buscando cortar custos. em 2013, porém, o Hezbollah declarou seu envolvimento, alegando que os xiitas era alvos da guerra. A UE, então, votou pelo fim do embargo de armas à Síria, declarando que armas químicas teriam sido utilizadas. A Rússia voltou a sinalizar que poderia entregar as baterias S-300 que havia acordado.

A resposta americana, depois da tomada de Qusayr pelo governo sírio, foi uma medida mais forte - decidir armar a oposição. Esta escalção levou à ameaça de intervenção, sob o pretexto do uso de armas químicas. Em agosto de 2013 estas armas foram utilizadas, mas não ficou claro por quem. Os EUA ameaçaram, mas não invadiram. Acordou-se, por iniciativa russa, que o arsenal químico seria entregue e destruído por forças internacionais. Parece que o avanço americano na região não seria mais incontestável.

Este texto foi escrito antes da ascensão e queda do Estado Islâmico do Irã e Levante, o Daesh, antes da ascensão retumbante do Curdistão sírio, o Rojava, e antes da gigantesca intervenção aérea da OTAN e da Federação Russa. A guerra civil síria é um dos conflitos mais confusos e complexos da atualidade por ter se constituído como um proxy para praticamente todos os interesses do mundo no Oriente Médio.